

DFD – DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DA DEMANDA

1. Identificação da Demanda

- a) **Demanda:** contratação de serviços continuados de gestão e suporte de TI, redes, cibersegurança e apoio à LGPD, com disponibilização de profissional técnico alocado presencialmente.
- b) **Natureza:** serviço continuado, essencial à manutenção das atividades administrativas e legislativas, garantindo continuidade operacional.
- c) **Regime jurídico:** Lei nº 14.133/2021 e princípios correlatos (planejamento, transparência, segregação de funções, segurança jurídica etc.).

2. Objeto

- a) Contratação de empresa especializada para prestação de serviços continuados de TI (infraestrutura, redes, cibersegurança e apoio à LGPD), incluindo **01 (um) profissional técnico alocado presencialmente** com dedicação à Câmara.

3. Motivação e Justificativa da Necessidade

- a) Garantir a continuidade e disponibilidade dos serviços de TI.
- b) Reduzir riscos de falhas operacionais/indisponibilidades e incidentes de segurança.
- c) Proteger dados institucionais e dados pessoais tratados pela Administração.
- d) Assegurar conformidade com a LGPD e normativos aplicáveis ao setor público.
- e) Suprir ausência/insuficiência de equipe técnica própria especializada.

4. Resultados Esperados

- a) Maior disponibilidade e previsibilidade do ambiente tecnológico (suporte, atualizações, backups, documentação).
- b) Melhoria do desempenho e segurança da rede (monitoramento, segmentação lógica, controle de acesso, resolução de falhas).
- c) Redução de incidentes de segurança e resposta mais rápida (monitoramento, políticas, gestão de identidades e vulnerabilidades).
- d) Apoio estruturante ao programa de governança em privacidade e atendimento a requisitos de LGPD (mapeamento, políticas, controles e fluxos).

5. Requisitos Mínimos da Solução

- a) Suporte N1/N2/N3, presencial e remoto, incluindo manutenção de sistemas, ativos, patches, backups e documentação.
- b) Administração e monitoramento de rede LAN/WLAN/WAN, incluindo equipamentos e segmentação VLAN.
- c) Cibersegurança: monitoramento de eventos, políticas, firewall/IDS/IPS, antivírus/antimalware, gestão de acessos e vulnerabilidades.
- d) LGPD: governança em privacidade, suporte ao DPO, mapeamento, políticas e fluxos de titulares.



6. Posto de Trabalho

- a) Disponibilização de **01 (um) profissional técnico de TI**, alocado presencialmente **de 07h00 às 13h00, de segunda a sexta-feira (dias úteis)**.
- b) Registro de atendimentos e atividades em sistema de chamados.
- c) Previsão de atendimento adicional (remoto ou presencial) em situações críticas, conforme SLAs.

7. Níveis de Serviço (SLA)

- a) Incidentes **críticos**: atendimento até 1 hora e solução até 4 horas.
- b) Incidentes **altos/médios/baixos**: atendimento e solução conforme prazos definidos.
- c) Indicadores e relatórios mensais de desempenho (prazos, disponibilidade, qualidade, recorrência).

8. Prazo e Vigência

- a) Vigência inicial de **12 (doze) meses**, com possibilidade de prorrogação nos termos legais, mediante vantajosidade.

9. Estimativa Preliminar de Despesa

- a) Estimativa mensal indicada no TR: **R\$ 17.650,00**, apurada por pesquisa de preços, servindo como referência.
- b) Observação operacional: o valor poderá ser **confirmado/atualizado** na fase interna (consolidação da pesquisa e mapa comparativo), conforme art. 23 da Lei nº 14.133/2021.

10. Indicação de Recursos Orçamentários

- a) Dotação/elemento de despesa: a ser definido pelo departamento competente.
- b) Declaração de adequação orçamentária e financeira: (anexar no processo, quando aplicável).

11. Riscos Iniciais

- a) Indisponibilidade de serviços de TI por ausência de suporte especializado.
- b) Incidentes de segurança e exposição de dados.
- c) Não conformidade com requisitos de governança e LGPD.

Senador Canedo, 12 de Fevereiro de 2026.

ELINETE GOMES MEIRA
DIRETORA ADMINISTRATIVA
CÂMARA MUNICIPAL DE SENADOR CANEDO/GO



ETP – ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

1. Descrição da Necessidade (problema a ser resolvido)

- a) A Câmara necessita manter operação contínua e segura de seus serviços de TI (usuários, sistemas, backups, rede), reduzindo indisponibilidades e falhas.
- b) Há necessidade de elevar o nível de proteção do ambiente tecnológico e dos dados institucionais/pessoais, com ações permanentes de cibersegurança.
- c) É necessário apoio técnico à estruturação/manutenção do programa de privacidade e conformidade com a LGPD, com suporte ao encarregado (DPO) e controles mínimos.

2. Objetivos da Contratação

- a) Garantir suporte técnico N1/N2/N3 com capacidade de resposta conforme SLAs.
- b) Operar e manter redes (LAN/WLAN/WAN) com monitoramento, segurança e capacidade de expansão.
- c) Implementar rotinas de segurança (monitoramento, gestão de acessos, vulnerabilidades e resposta a incidentes).
- d) Apoiar a governança em privacidade e fluxos LGPD (mapeamento, políticas, controles, atendimento a titulares).

3. Requisitos da Solução (funcionais e não funcionais)

- a) **Funcionais (mínimos):** suporte a usuários; manutenção de sistemas; gestão de ativos; patches; backups; documentação; apoio a aquisições/substituições.
- b) **Rede:** administração e monitoramento; manutenção de equipamentos; segmentação VLAN e controle de acesso; diagnóstico de conectividade.
- c) **Segurança:** firewall/IDS/IPS; antivírus/antimalware; gestão de identidades e privilégios; resposta a incidentes; avaliações de vulnerabilidade.
- d) **LGPD:** governança em privacidade; suporte ao DPO; mapeamento; políticas; controles; fluxos de titulares; materiais orientativos.
- e) **Não funcionais:** confidencialidade, relatórios mensais, qualidade e disponibilidade, com indicadores e penalidades por descumprimento.

4. Levantamento de Alternativas de Solução (análise comparativa)

- a) **Execução direta (equipe própria):** exige provimento/qualificação e manutenção de equipe especializada; tende a elevar riscos de descontinuidade por férias, afastamentos e rotatividade, além de demandar múltiplas competências (redes, segurança, LGPD).
- b) **Contratação fracionada por especialidade (vários contratos):** aumenta custo transacional, complexidade de gestão e risco de “vácuo” de responsabilidades (ex.: incidente que envolve rede, segurança e endpoint).
- c) **Contratação integrada (empresa especializada com posto alocado + retaguarda remota):** concentra responsabilidade e facilita governança e fiscalização por SLAs e indicadores, mantendo presença local para atendimento ao usuário e resposta rápida. Esta alternativa é compatível com o objeto e com o modelo de posto descrito no TR.



Conclusão da etapa: recomenda-se a alternativa (c) como a mais adequada técnica e operacionalmente.

5. Descrição da Solução Recomendada (escopo consolidado)

- a) Contratação de empresa especializada para serviços continuados de TI (suporte, redes, segurança e apoio LGPD), com execução mensal.
- b) Disponibilização de **01 técnico alocado presencialmente** (07h–13h, dias úteis), com registro de chamados e integração com equipe de retaguarda.
- c) c) Atendimento adicional em criticidades e demandas excepcionais, conforme SLAs.

6. Modelo de Execução, Medição e Gestão (SLAs e indicadores)

- a) A execução deverá ser orientada por **Acordo de Nível de Serviço (SLA)** com prazos mínimos por criticidade (crítica/alta/média/baixa).
- b) A contratada deverá apresentar **relatórios mensais**, com indicadores de cumprimento de prazos, disponibilidade, qualidade e recorrência de incidentes.
- c) O descumprimento de SLAs deverá sujeitar a contratada a glosas/multas/sanções, conforme previsão contratual e Lei nº 14.133/2021.

7. Critérios de Qualificação Técnica (diretrizes para futura seleção)

- a) Experiência compatível com o objeto e equipe qualificada.
- b) Adoção de boas práticas (ITIL, ISO/IEC 27001, NIST, COBIT ou equivalentes) como referencial de maturidade.

8. Prazo de Vigência e Regime de Execução

- a) Vigência inicial de **12 meses**, prorrogável mediante vantajosidade.
- b) Regime: **empreitada por preço global mensal**, com dedicação continuada.

9. Estimativa de Custo e Vantajosidade (síntese)

- a) Estimativa mensal indicada no TR: **R\$ 17.650,00**, baseada em pesquisa de preços (art. 23).
- b) A vantajosidade deverá ser verificada na fase interna/competitiva (quando aplicável), observando: escopo completo, SLAs, indicadores, e composição de custos compatível com posto alocado e retaguarda especializada.

10. Análise de Riscos (com medidas de mitigação)

- a) **Risco:** indisponibilidade de rede/serviços essenciais. **Mitigação:** monitoramento, rotinas de backup/testes e SLA de resposta.
- b) **Risco:** incidentes de segurança e comprometimento de credenciais/dados. **Mitigação:** gestão de identidades, firewall/IDS/IPS, antivírus/antimalware e resposta a incidentes.
- c) **Risco:** não conformidade LGPD por ausência de controles e fluxos. **Mitigação:** governança em privacidade, mapeamento, políticas e fluxos de titulares, com apoio ao DPO.

11. Conclusão do ETP (declaração de viabilidade)



- a) A necessidade está caracterizada e o objeto é compatível com solução de **contratação integrada e continuada**, com posto presencial e retaguarda especializada.
- b) O modelo de execução com SLAs e indicadores permite fiscalização objetiva e gestão por desempenho.
- c) Recomenda-se o prosseguimento da fase interna da contratação, com consolidação da pesquisa de preços e formalização do processo de seleção da proposta mais vantajosa, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

Senador Canedo, 12 de Fevereiro de 2026.

GUSTAVO LUIS TEIXEIRA
DIRETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
CÂMARA MUNICIPAL DE SENADOR CANEDO/GO



CÂMARA MUNICIPAL DE SENADOR CANEDO/GO
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS
EDITAL N° 001/2026 (ALTERADO)
PREGÃO ELETRONICO N° 001/2026

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTINUADOS DE GESTÃO E SUPORTE DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI), COMPREENDENDO INFRAESTRUTURA TECNÓLOGICA, REDES DE COMPUTADORES, CIBERSEGURANÇA E APOIO A CONFORMIDADE COM A LGPD, INCLUINDO A DISPONIBILIZAÇÃO DE 01 (UM) PROFISSIONAL TÉCNICO ALOCADO PRESENCIALMETNE COM DEDICAÇÃO À CÂMARA MUNICIPAL DE SENADOR CANEDO.

PUBLICACAO DO EDITAL	03 de Março de 2026
INICIO DO RECEBIMENTO DE PROPOSTAS	03 de Março de 2026
PRAZO MAXIMO PARA IMPUGNACAO DO EDITAL	16 de Março de 2026, às 8h00
FINAL DO RECEBIMENTO DE PROPOSTAS	19 de Março de 2026, às 08h00
INICIO DA SESSÃO DE LANCES	19 de Março de 2026, às 09h00
OBSERVAÇÕES	Preferência de ME/EPP, nos lotes que couber de acordo com a LC 123/2006.

Torna-se público que a Câmara Municipal de Senador Canedo/GO, por meio da Diretoria de Licitações e Contratações Administrativas realizará licitação na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, da Lei Complementar 123/2006 e demais legislações aplicáveis e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. PREÂMBULO

1.1. A Câmara Municipal de Senador Canedo/GO, por intermédio do(a) Pregoeiro(a) e Equipe de Apoio, designados por ato próprio, torna público que realizará licitação na modalidade **PREGÃO, NA FORMA ELETRÔNICA**, do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL (MENSAL)**, sob o regime de **empreitada por preço global mensal**, em conformidade com a **Lei nº**



14.133/2021, a **Lei Complementar nº 123/2006** (quando aplicável) e demais normas pertinentes, conforme condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. Integram este Edital, independentemente de transcrição, os seguintes anexos:

- a) **Anexo I – Termo de Referência (TR);**
- b) **Anexo II – Minuta do Contrato;**
- c) **Anexo III – Modelo de Proposta de Preços (Preço Global Mensal);**
- d) **Anexo IV – Modelo de Declarações** (habilitação, inexistência de impedimento, trabalho infantil, etc.);
- e) **Anexo V – Modelo de Planilha de Composição de Custos e Formação de Preços** (para análise de exequibilidade/repactuação, quando cabível);
- f) **Anexo VI – Instrumento de Medição de Resultados (IMR) / Regras de Glosa por SLA;**
- g) **Anexo VII – Matriz de Riscos** (gestão de riscos e responsabilidades);
- h) **Anexo VIII – Termo de Confidencialidade e Proteção de Dados (LGPD);**
- i) **Anexo IX – Modelo de Atestado de Vistoria (opcional) / Declaração de Ciência do Ambiente.**

2. OBJETO

2.1. O objeto desta licitação é a **contratação de empresa especializada para prestação de serviços continuados de gestão e suporte de Tecnologia da Informação (TI)**, compreendendo **infraestrutura tecnológica, redes de computadores, cibersegurança e apoio à conformidade com a LGPD**, incluindo a **disponibilização de 01 (um) profissional técnico alocado presencialmente** com dedicação à Câmara Municipal de Senador Canedo, conforme condições, escopo, SLAs e exigências estabelecidas no **Termo de Referência – Anexo I**.

2.2. A execução engloba, no mínimo:

- a) Suporte técnico aos usuários (presencial e remoto), N1/N2/N3, manutenção de sistemas, gestão de ativos, patches, backups e documentação;
- b) Gestão de redes LAN/WLAN/WAN, equipamentos e segmentação lógica (VLANs);
- c) Ações permanentes de cibersegurança (monitoramento, políticas, firewall/IDS/IPS, antivírus/antimalware, gestão de acessos, incidentes e vulnerabilidades);
- d) Apoio técnico à governança em privacidade e conformidade com LGPD, incluindo suporte ao encarregado (DPO), mapeamentos, políticas, controles, fluxos e materiais orientativos;
- e) Disponibilização de **posto presencial mínimo de 07h00 às 13h00**, de segunda a sexta-feira, em dias úteis, com atendimento adicional quando necessário, conforme SLA.

3. JUSTIFICATIVA E NATUREZA DO SERVIÇO

3.1. Os serviços possuem **natureza continuada**, por serem essenciais à manutenção das atividades administrativas e legislativas, garantindo continuidade operacional da TI, redução de riscos e suporte permanente.

3.2. A contratação visa:



- a) Garantir continuidade e disponibilidade dos serviços de TI;
- b) Reduzir falhas operacionais e incidentes de segurança;
- c) Proteger dados institucionais e dados pessoais;
- d) Apoiar a conformidade com a LGPD e normativos aplicáveis ao setor público;
- e) Suprir insuficiência de equipe própria especializada.

4. CONDIÇÕES GERAIS DO CERTAME (FORMA, CRITÉRIO, DISPUTA)

4.1. **Forma:** Pregão Eletrônico. Plataforma: LicitaNET.

4.2. **Critério de julgamento:** **MENOR PREÇO GLOBAL (MENSAL)**, observado o atendimento integral ao TR e aos requisitos de habilitação.

4.3. **Modo de disputa:** Aberto, conforme configuração na plataforma.

4.4. **Regime de execução:** empreitada por **preço global mensal** (serviços continuados com dedicação continuada).

4.5. **Sigilo do orçamento:** não se aplica sigilo, salvo decisão motivada (não recomendado aqui). O valor estimado poderá constar no processo e servir como parâmetro de exequibilidade.

4.6. **Valor estimado de referência:**

- a) Estimativa mensal: **R\$ 17.650,00;**
- b) Estimativa anual (12 meses): **R\$ 211.800,00.**

5. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

5.1. Poderão participar do certame pessoas jurídicas que:

- a) Estejam legalmente constituídas;
- b) Atuem em ramo compatível com o objeto;
- c) Atendam às exigências de habilitação deste Edital;
- d) Estejam credenciadas na plataforma indicada.

5.2. Não poderão participar, direta ou indiretamente:

- a) Empresas impedidas de licitar e contratar com a Administração;
- b) Empresas suspensas/impedidas ou declaradas inidôneas, na forma da Lei nº 14.133/2021;
- c) Empresas que mantenham, nos quadros, servidor/empregado público em situação de conflito de interesses, conforme legislação;
- d) Empresas que não atendam às condições do TR e do Edital.

5.3. **É vedada a participação de consórcios neste procedimento licitatório.**

5.4. **ME/EPP:** aplicar-se-á o tratamento favorecido da LC nº 123/2006, quando cabível, quanto a:



- a) Regularidade fiscal tardia;
- b) Critérios de desempate;
- c) Demais benefícios previstos em lei.

6. CREDENCIAMENTO, ACESSO AO SISTEMA E RESPONSABILIDADES

6.1. O credenciamento do licitante e de seu representante legal ocorre conforme regras da plataforma.

6.2. O licitante é responsável por:

- a) Manter seus dados atualizados;
- b) Acompanhar mensagens, avisos e etapas do certame;
- c) Garantir a confidencialidade de login e senha;
- d) Responder por lances e propostas encaminhadas.

6.3. A Administração não se responsabiliza por falhas de conexão do licitante.

7. ESCLARECIMENTOS, IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E COMUNICAÇÕES

7.1. Pedidos de esclarecimento e impugnações serão recebidos via plataforma, nos prazos previstos na Lei nº 14.133/2021 e regulamento do pregão eletrônico aplicável, observando-se:

- a) Impugnação: até **3 (três) dias úteis** antes da data de abertura da sessão, salvo regra específica do sistema;
- b) Esclarecimentos: até **3 (três) dias úteis** antes da data de abertura

7.2. As respostas serão divulgadas no mesmo ambiente do certame e integrarão o Edital para todos os fins.

8. APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOCUMENTOS (FASE DE PROPOSTAS)

8.1. O licitante deverá encaminhar, exclusivamente por meio da plataforma:

- a) Proposta de preços, conforme **Anexo III**, com **preço global mensal** em reais (R\$);
- b) Declarações exigidas no **Anexo IV**;
- c) Planilha de custos (quando solicitada já na proposta, conforme configuração do certame) ou mediante requisição do Pregoeiro;
- d) Outros anexos eventualmente exigidos pelo TR.

8.2. A proposta deverá conter:

- a) Razão social, CNPJ, endereço, e-mail, telefone;
- b) Descrição objetiva do objeto ofertado, confirmando aderência ao TR;
- c) Preço global mensal e preço global anual (informativo), com indicação de que no preço estão incluídos todos os tributos, encargos, despesas e custos diretos/indiretos;



- d) Prazo de validade da proposta (mínimo recomendado: **60 dias**);
- e) Declaração de que compreende e aceita integralmente o TR e o Edital.8.3. É vedada a inclusão de condições ou vantagens não previstas neste Edital.

8.4. O licitante deverá declarar ciência de que o profissional alocado terá **vínculo exclusivo com a contratada**, sem qualquer vínculo com a contratante.

9. ABERTURA DA SESSÃO, LANCES, JULGAMENTO E NEGOCIAÇÃO

9.1. Na data e hora indicadas, será aberta a sessão pública eletrônica.

9.2. O Pregoeiro analisará as propostas quanto à conformidade formal e ao atendimento do TR.

9.3. Iniciada a fase de lances, os licitantes oferecerão lances sucessivos para o item único (preço global mensal), conforme regras do sistema.

9.3.1 O Valor mínimo para lances será de R\$ 50,00 (cinquenta) reais.

9.4. Encerrada a fase de lances, o Pregoeiro poderá:

- a) Negociar com o primeiro colocado para obtenção de melhor condição;
- b) Solicitar envio de proposta ajustada ao lance final;
- c) Solicitar planilha detalhada de custos e composição do preço, para análise de exequibilidade.

9.5. Exequibilidade (critérios objetivos e procedimento):

- a) Se o preço final for **significativamente inferior** ao estimado de referência ou à média das propostas, o Pregoeiro poderá exigir **justificativas e planilha detalhada**;
- b) A planilha deverá evidenciar, no mínimo: custo do posto técnico, encargos trabalhistas/tributários, custos de retaguarda remota, ferramentas/software, despesas administrativas, margem e tributos;
- c) A recusa injustificada em comprovar exequibilidade ou a inconsistência material poderá ensejar desclassificação.

9.6. Em caso de desclassificação do primeiro colocado, proceder-se-á à análise do subsequente, e assim sucessivamente.

10. DIREITO DE PREFERÊNCIA E DESEMPATE (ME/EPP)

10.1. Aplicam-se as regras da LC nº 123/2006 para:

- a) Regularização fiscal posterior;
- b) Empate ficto e direito de preferência para apresentação de nova oferta, quando cabível.

10.2. Permanecendo empate, aplicam-se critérios legais de desempate previstos na Lei nº 14.133/2021 e, subsidiariamente, as regras da plataforma.



11. HABILITAÇÃO

11.1. Encerrada a fase de julgamento, será exigida a habilitação do licitante melhor classificado, mediante envio de documentos pela plataforma, conforme prazos do sistema.

11.2. Habilitação Jurídica

- a) Ato constitutivo/contrato social e alterações, ou estatuto;
- b) Prova de inscrição do ato constitutivo, quando aplicável;
- c) Documentos de eleição de administradores, se aplicável;
- d) Documentos do representante legal.

11.3. Regularidade Fiscal, Social e Trabalhista

- a) CNPJ;
- b) Regularidade com Fazenda Federal, Estadual e Municipal (sede do licitante);
- c) Regularidade com FGTS;
- d) Regularidade trabalhista (CNDT);
- e) Para ME/EPP: poderá haver prazo para regularização fiscal, na forma da LC 123.

11.4. Qualificação Econômico-Financeira

- a) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social exigível, na forma da lei;
- b) Índices de liquidez/solvência;
- c) Certidão negativa de falência/recuperação judicial, conforme legislação local aplicável.

11.5. Qualificação Técnica

11.5.1. A licitante deverá comprovar aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível, mediante:

a) **Atestado(s) de capacidade técnica** emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando execução de serviços compatíveis com o objeto, envolvendo ao menos: suporte de TI, redes e/ou segurança da informação e/ou apoio LGPD.

b) Indicação de responsável técnico/equipe, com comprovação de qualificação (currículos e/ou certificados), recomendando-se incluir ao menos:

b.1) Profissional com experiência em suporte e administração de redes;

b.2) Profissional com conhecimentos em segurança da informação e gestão de acessos;

c) Declaração de que disponibilizará **01 técnico alocado presencialmente** no horário mínimo exigido, com substituição em caso de afastamento, sem ônus adicional;

d) Declaração de adoção de boas práticas (ex.: ITIL, ISO/IEC 27001, NIST, COBIT ou equivalentes).

11.5.2. O Pregoeiro poderá diligenciar para sanar dúvidas, verificar autenticidade e complementar informações, nos termos legais.



11.6. Declarações Obrigatórias

- a) Declaração de inexistência de fato impeditivo;
- b) Declaração de cumprimento do art. 7º, XXXIII, CF (trabalho infantil);
- c) Declaração de que cumpre a LGPD;
- d) Declaração de ciência do TR, SLAs, IMR e regras de glosa.

12. RECURSOS ADMINISTRATIVOS

12.1. Será assegurado o direito de recurso, com manifestação motivada na própria sessão, e apresentação de razões e contrarrazões nos prazos legais e do sistema.

12.2. O acolhimento do recurso invalida apenas os atos insuscetíveis de aproveitamento.

13. ADJUDICAÇÃO, HOMOLOGAÇÃO E CONTRATAÇÃO

13.1. Encerradas as fases, o objeto será adjudicado ao vencedor e homologado pela autoridade competente.

13.2. O vencedor será convocado para assinar o contrato no prazo de 10 (dez) dias úteis, prorrogável por igual período, quando justificável.

13.3. Se o vencedor não assinar o contrato no prazo, poderão ser aplicadas sanções e convocado o próximo classificado, conforme a lei.

14. CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

14.1. **Vigência:** 12 (doze) meses, prorrogável conforme lei e vantajosidade.

14.2. **Posto presencial:** 01 (um) técnico alocado de 07h00 às 13h00, dias úteis, com atendimento adicional em criticidades, conforme SLA.

14.3. SLAs mínimos (incidentes):

- a) Crítica: atendimento até 1h; solução até 4h;
- b) Alta: atendimento até 2h; solução até 8h;
- c) Média: atendimento até 4h; solução até 24h;
- d) Baixa: atendimento até 8h; solução até 48h.

14.4. Relatórios e entregáveis mínimos:

- a) Relatório mensal de atividades e indicadores;
- b) Registro em sistema de chamados;
- c) Documentação atualizada do ambiente;
- d) Evidências de rotinas de backup e recuperação;
- e) Plano ou rotinas de segurança e evidências de monitoramento;
- f) Entregas de apoio LGPD (mapeamentos, políticas, controles, fluxos, materiais), conforme TR.



14.5. Fiscalização: por servidor designado (gestor e fiscal), com medição por IMR e possibilidade de glosas por descumprimento.

15. MEDIÇÃO, ACEITE, GLOSAS E PAGAMENTO

15.1. A medição ocorrerá **mensalmente**, com base em:

- a) Relatório de atividades;
- b) Indicadores de SLA;
- c) Evidências e registros do sistema de chamados;
- d) Entregáveis LGPD e segurança, quando aplicáveis ao período.

15.2. O aceite dependerá de:

- a) Confirmação do cumprimento mínimo de SLAs;
- b) Conformidade com o escopo do TR;
- c) Regularidade formal da documentação de cobrança.

15.3. Glosas:

- a) Descumprimentos de SLA e/ou metas do IMR ensejarão glosa proporcional, conforme Anexo VI;
- b) A glosa não impede aplicação de outras sanções quando cabível.

15.4. **O pagamento será feito em até 30 (trinta) dias** após o aceite e ateste, mediante nota fiscal ou fatura e comprovação de regularidade, conforme minuta contratual.

16. REAJUSTE, REPACTUAÇÃO E REVISÃO

16.1. Poderá haver:

- a) **Reajuste** anual por índice oficial (ex.: IPCA), contado da data-base definida no contrato, para componentes não vinculados à mão de obra;
- b) **Repactuação**, quando aplicável a custos de mão de obra, mediante demonstração analítica e documentos (convenção/ACT, planilha comparativa, etc.), nos termos do contrato e da legislação;
- c) **Revisão** para recomposição do equilíbrio econômico-financeiro em hipóteses legais.

17. GARANTIA CONTRATUAL

17.1. A contratada será obrigada a prestar garantia de execução do contrato equivalente a **5% (cinco) por cento** do valor anual contratado, devendo ser apresentada juntamente com a proposta, nas modalidades admitidas em lei:

- a) Caução em dinheiro ou títulos da dívida pública;
- b) Seguro-garantia;
- c) Fiança bancária.



18. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

18.1. Constituem obrigações mínimas:

- a) Executar integralmente os serviços do TR, com equipe qualificada e posto alocado;
- b) Manter confidencialidade e proteger dados (LGPD);
- c) Cumprir SLAs, indicadores e prazos;
- d) Manter sistema de chamados e registros;
- e) Entregar relatórios mensais;
- f) Substituir o profissional alocado quando solicitado ou quando houver impedimento, sem custo adicional;
- g) Responsabilizar-se integralmente por encargos trabalhistas, previdenciários e fiscais, sem vínculo com a contratante.

19. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

19.1. Constituem obrigações mínimas:

- a) Disponibilizar acesso às instalações e sistemas necessários;
- b) Designar gestor e fiscal;
- c) Acompanhar e fiscalizar;
- d) Realizar pagamentos após medição e aceite.

20. CONFIDENCIALIDADE, SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO E LGPD

20.1. A contratada deverá:

- a) Tratar dados pessoais conforme instruções da contratante e legislação;
- b) Adotar medidas técnicas e administrativas de segurança;
- c) Comunicar incidentes de segurança e apoiar resposta;
- d) Assinar Termo de Confidencialidade e Proteção de Dados (Anexo VIII);
- e) Garantir que o acesso a dados e sistemas seja por pessoal autorizado, com rastreabilidade e mínimo privilégio.

20.2. É vedado:

- a) Compartilhar credenciais;
- b) Exfiltrar dados;
- c) Copiar dados sem autorização;
- d) Subcontratar atividades sensíveis sem autorização formal.

21. SUBCONTRATAÇÃO

21.1. A subcontratação poderá ser permitida para atividades pontuais e especializadas, mediante autorização prévia e expressa, sem afastar a responsabilidade integral da contratada.

22. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS



22.1. Pelo inadimplemento total ou parcial, poderão ser aplicadas sanções, observados contraditório e ampla defesa:

- a) Advertência;
- b) Multa (moratória e/ou compensatória), com percentuais e critérios na minuta;
- c) Impedimento de licitar e contratar;
- d) Declaração de inidoneidade;
- e) Outras medidas previstas na Lei nº 14.133/2021.

22.2. A reincidência e a gravidade do descumprimento de SLA poderão agravar a penalidade.

23. DISPOSIÇÕES SOBRE INTEGRIDADE, CONFLITO DE INTERESSES E COMPLIANCE

23.1. A contratada deverá:

- a) Abster-se de práticas de fraude, conluio e corrupção;
- b) Cooperar com auditorias e fiscalizações;
- c) Comunicar situações de conflito de interesses.

24. DISPOSIÇÕES FINAIS

24.1. Os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro e pela autoridade competente, à luz da Lei nº 14.133/2021, princípios administrativos e regras do sistema.

24.2. Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Senador Canedo/GO, 27 de Fevereiro de 2026.

**GUSTAVO LUIS TEIXEIRA
DIRETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
CÂMARA MUNICIPAL DE SENADOR CANEDO/GO**



ANEXO I – TERMO DE REFERENCIA

1. DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada para prestação de serviços continuados de gestão e suporte de Tecnologia da Informação (TI), abrangendo:

- a) infraestrutura tecnológica (estações, servidores, periféricos, sistemas operacionais e serviços correlatos);
- b) redes de computadores (LAN, WLAN e WAN, com serviços de administração e monitoramento);
- c) cibersegurança (controles técnicos e administrativos, resposta a incidentes e gestão de vulnerabilidades);
- d) apoio técnico à conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD (Lei nº 13.709/2018);
- e) disponibilização de 01 (um) profissional técnico alocado presencialmente (posto de trabalho), com dedicação à Câmara Municipal de Senador Canedo/GO, conforme condições, SLAs, metas e exigências estabelecidos neste TR e seus anexos.

1.2. A contratação inclui, no mínimo:

- a) atendimento presencial e remoto aos usuários;
- b) gestão de chamados e base de conhecimento;
- c) inventário, documentação e padronização do ambiente;
- d) monitoramento, rotinas de backup e testes de restauração;
- e) aplicação de patches e hardening;
- f) implementação e manutenção de controles de segurança;
- g) relatórios mensais e indicadores (KPIs/SLAs).

1.3. Unidade de medição e pagamento: preço global mensal (mensalidade), contemplando o posto alocado e os serviços gerenciados, conforme medição por resultados (SLA/KPI) e entregáveis.

2. DO ENQUADRAMENTO LEGAL E NORMATIVO

2.1. A contratação será regida, no que couber:

- a) pela Lei nº 14.133/2021;
- b) pela Lei nº 13.709/2018 (LGPD) e normas correlatas aplicáveis ao setor público;
- c) pelos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, planejamento, transparência, segregação de funções e segurança jurídica;
- d) por boas práticas e referenciais técnicos, quando aplicáveis ao contexto da Contratante, tais como ITIL, COBIT, ISO/IEC 27001/27002, NIST Cybersecurity Framework, CIS Controls, ou equivalentes.

3. DA NATUREZA E CARACTERIZAÇÃO DO SERVIÇO

3.1. Os serviços são de natureza continuada, por serem essenciais à manutenção das atividades administrativas e legislativas, garantindo continuidade operacional e mitigação de riscos (Lei nº 14.133/2021, art. 6º, XV).



3.2. O objeto envolve acesso a ativos e informações institucionais, exigindo controles de segurança e confidencialidade, além de disciplina específica sobre tratamento de dados pessoais (LGPD).

4. DA JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

4.1. A contratação se justifica para:

- a) assegurar continuidade e disponibilidade dos serviços de TI;
- b) reduzir indisponibilidades, falhas e recorrência de incidentes;
- c) elevar o nível de segurança da informação e cibersegurança;
- d) proteger dados institucionais e dados pessoais;
- e) apoiar a conformidade à LGPD mediante controles, procedimentos e documentação;
- f) suprir ausência/insuficiência de equipe técnica própria com especialização compatível;
- g) aumentar eficiência, previsibilidade, governança e rastreabilidade (chamados, inventário, relatórios, SLAs).

5. DO CONTEXTO OPERACIONAL E PREMISSAS

5.1. A Contratada deverá realizar levantamento técnico inicial (inventário e diagnóstico) e manter documentação viva do ambiente de TI.

5.2. Considera-se como premissas mínimas:

- a) existência de parque tecnológico composto por estações, impressoras e periféricos, rede local e acesso à internet;
- b) existência de usuários internos com demandas de suporte;
- c) necessidade de segurança, backups e continuidade;
- d) necessidade de apoio na governança de privacidade, políticas, fluxos e controles (LGPD).

5.3. A Contratante disponibilizará, conforme necessário e autorizado:

- a) acesso físico às instalações;
- b) acesso lógico a sistemas/ativos sob gestão;
- c) credenciais com privilégios compatíveis com o princípio do menor privilégio e rastreabilidade.

6. DO ESCOPO DOS SERVIÇOS

6.1. Service Desk e Suporte (N1, N2, N3)

6.1.1. A Contratada deverá prestar:

- a) atendimento presencial e remoto;
- b) registro, classificação, priorização, escalonamento e encerramento de chamados;
- c) suporte N1 (triagem e solução básica), N2 (suporte avançado e configuração) e N3 (especialistas e ações de maior complexidade);
- d) instalação, configuração, atualização e manutenção de sistemas operacionais e softwares autorizados;
- e) administração de perfis, permissões e recursos, quando aplicável;
- f) padronização de imagens, configuração e hardening básico de endpoints, conforme diretrizes;
- g) prevenção de recorrência (análise de causa raiz em incidentes repetitivos).



6.1.2. Gestão de ativos e licenças:

- a) inventário de hardware e software (com identificação, status, garantia, localização e usuário responsável);
- b) controle de licenças e conformidade de uso (sem aquisição de licenças pela Contratada, salvo se previsto em contratação específica);
- c) recomendação técnica para substituição e modernização.

6.2. Gestão de Infraestrutura, Backup e Continuidade

6.2.1. A Contratada deverá:

- a) implementar/operar rotinas de backup (quando houver infraestrutura compatível), com verificação de execução;
- b) realizar testes periódicos de restauração e registrar evidências;
- c) propor e manter procedimentos de continuidade (contingência e recuperação);
- d) definir, em conjunto com a Contratante, parâmetros de RPO/RTO compatíveis com a criticidade de serviços (onde aplicável).

6.3. Gestão de Redes (LAN/WLAN/WAN)

6.3.1. Abrange:

- a) administração de switches, roteadores, access points e demais ativos de rede;
- b) segmentação lógica (VLANs), políticas de acesso e melhoria de performance;
- c) diagnóstico de falhas e análise de conectividade;
- d) monitoramento de disponibilidade e desempenho (ativos críticos definidos no inventário);
- e) documentação de topologia lógica e física (diagrama atualizado);
- f) recomendações técnicas para expansão/reestruturação.

6.4. Cibersegurança (Controles e Operação)

6.4.1. A Contratada deverá:

- a) implementar e manter políticas e procedimentos mínimos de segurança (controles e rotinas);
- b) gestão de patches e correções (priorização por criticidade);
- c) administração e revisão periódica de identidades, acessos e privilégios;
- d) configuração/gestão de firewall e políticas básicas de filtragem (quando houver);
- e) gestão de antimalware/antivírus (quando houver solução instalada ou adotada pela Contratante);
- f) monitoramento de eventos relevantes e resposta a incidentes;
- g) avaliações periódicas de vulnerabilidades (varredura/checagens e plano de correção);
- h) ações de conscientização (campanhas, cartilhas, orientações e alertas).

6.4.2. Resposta a incidentes:

- a) registro formal do incidente, linha do tempo e evidências;
- b) contenção, erradicação e recuperação;



c) relatório pós-incidente com lições aprendidas e plano de prevenção.

6.5. Apoio Técnico à LGPD (Privacidade)

6.5.1. A Contratada prestará apoio técnico à Contratante, compreendendo:

- a) estruturação e manutenção de Programa de Governança em Privacidade (documentos, controles e rotinas);
- b) apoio ao Encarregado/DPO (interface técnica, evidências, controles e registros);
- c) mapeamento de processos com tratamento de dados pessoais e inventário de ativos/fluxos;
- d) suporte na elaboração/revisão de políticas internas (p. ex., segurança, controle de acesso, backup, retenção, uso aceitável, gestão de incidentes, privacidade);
- e) definição/implementação de controles mínimos (LGPD, art. 46);
- f) apoio à definição de fluxos para atendimento aos titulares (solicitações, prazos, registros);
- g) suporte técnico à fiscalização contratual sob ótica de proteção de dados;
- h) elaboração de materiais orientativos (cartilhas, manuais, checklists).

6.5.2. Papéis LGPD:

- a) a Contratante é, via de regra, Controladora;
- b) a Contratada atuará como Operadora, tratando dados pessoais conforme instruções documentadas da Contratante (LGPD, arts. 37 a 39), com dever de segurança (art. 46) e comunicação de incidentes quando aplicável (art. 48).

7. DO POSTO DE TRABALHO (PROFISSIONAL ALOCADO PRESENCIALMENTE)

7.1. A Contratada disponibilizará 01 (um) profissional técnico de TI, alocado presencialmente na Câmara Municipal de Senador Canedo/GO, no horário mínimo:

- a) 07h00 às 13h00, de segunda a sexta-feira, em dias úteis.

7.2. Requisitos mínimos do profissional alocado (sugestão objetiva e verificável):

- a) experiência comprovada em suporte técnico e redes (N1/N2), com atuação em ambientes corporativos;
- b) conhecimento prático em Windows, redes TCP/IP, impressão, compartilhamentos, rotinas de backup e boas práticas de segurança;
- c) capacidade de documentar e operar sistema de chamados;
- d) postura compatível com ambiente institucional, sigilo e integridade.

7.3. O profissional deverá:

- a) prestar atendimento direto aos usuários e operar o ciclo completo do chamado;
- b) executar atividades de suporte, manutenção e apoio técnico;
- c) atuar integrado à equipe da Contratada para escalonamento (N2/N3);
- d) registrar atendimentos/atividades em sistema de chamados com evidências mínimas.

7.4. Além do horário presencial, deverá haver disponibilidade para:



- a) atendimento remoto e/ou presencial para incidentes críticos, conforme SLAs;
- b) escalonamento imediato para especialistas quando necessário.

7.5. O vínculo empregatício do profissional será exclusivamente com a Contratada, inexistindo vínculo com a Contratante.

7.6. Substituição:

- a) ausências (férias, afastamentos, desligamentos) deverão ser cobertas sem prejuízo dos níveis de serviço;
- b) substituto deverá possuir perfil equivalente ou superior;
- c) a substituição poderá ser solicitada pela Contratante, motivadamente, por razões técnicas, comportamentais, de segurança ou de interesse do serviço, sem ônus adicional.

8. DO MODELO DE GOVERNANÇA, COMUNICAÇÃO E FERRAMENTAS

8.1. A Contratada deverá fornecer e operar, no mínimo:

- a) sistema de chamados (service desk) com acesso à Contratante, relatórios e trilha de auditoria;
- b) base de conhecimento/FAQ (progressiva);
- c) relatórios mensais de desempenho e execução;
- d) canal formal de escalonamento (telefone/e-mail/whatsapp corporativo, conforme definido na implantação).

8.2. Reuniões de acompanhamento (governança):

- a) reunião mensal de resultados (SLA/KPI, principais incidentes, pendências, riscos e plano do mês seguinte);
- b) reuniões extraordinárias em incidentes críticos ou mudanças relevantes.

9. DOS NÍVEIS DE SERVIÇO (SLA), KPIs E MEDIÇÃO

9.1. Definições para medição

9.1.1. Para fins de SLA:

- a) “tempo de atendimento” = intervalo entre abertura do chamado e início efetivo do atendimento;
- b) “tempo de solução” = intervalo entre abertura do chamado e solução/contorno aceito;
- c) contagem em dias úteis e horário de cobertura, exceto criticidade crítica, que poderá demandar atuação imediata conforme definido.

9.2. Classificação de incidentes (com exemplos)

9.2.1. Criticidade Crítica: paralisação total de serviço essencial, incidente de segurança relevante, indisponibilidade generalizada de rede/sistemas.

9.2.2. Criticidade Alta: degradação severa, múltiplos usuários impactados, risco elevado ou serviço essencial parcialmente indisponível.



9.2.3. Criticidade Média: impacto moderado, usuário/área afetada sem paralisação total.

9.2.4. Criticidade Baixa: solicitações simples, dúvidas, ajustes de baixa urgência.

9.3. Tabela mínima de SLA

Criticidade	Prazo de Atendimento	Prazo de Solução
Crítica	até 1 hora	até 4 horas
Alta	até 2 horas	até 8 horas
Média	até 4 horas	até 24 horas
Baixa	até 8 horas	até 48 horas

9.4. Indicadores (KPIs) mínimos

9.4.1. A Contratada deverá mensurar e reportar:

- a) % de chamados atendidos e solucionados dentro do SLA;
- b) volume de chamados por tipo/área e tempo médio de solução;
- c) reincidência (incidentes repetitivos) e ações corretivas;
- d) disponibilidade de serviços monitorados (quando aplicável);
- e) status de backups e testes de restauração;
- f) status de patches/atualizações críticas;
- g) vulnerabilidades encontradas x corrigidas;
- h) ações de conscientização executadas.

9.5. Glosas e penalidades por SLA (critérios objetivos)

9.5.1. Sem prejuízo das sanções administrativas (Lei nº 14.133/2021, arts. 156 a 159), o descumprimento de SLA poderá ensejar glosa mensal, conforme regra mínima:

- a) para cada chamado crítico fora do prazo de solução: glosa de 1,0% do valor mensal, limitada a 10% no mês;
- b) para cada chamado alto fora do prazo de solução: glosa de 0,5% do valor mensal, limitada a 10% no mês;
- c) reincidência comprovada sem plano de ação: glosa adicional de até 2,0% no mês;
- d) em caso de indisponibilidade causada por falha de gestão/execução sob responsabilidade da Contratada (quando demonstrado): glosa proporcional ao impacto, mediante apuração do fiscal.

10. DO PRAZO DE VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

10.1. O contrato terá vigência inicial de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado conforme a Lei nº 14.133/2021 (art. 107), mediante justificativa de vantajosidade e desempenho satisfatório.

10.2. A Contratada deverá executar plano de transição/implementação no início do contrato (primeiros 30 dias), sem interrupção do atendimento.



11. DO REGIME DE EXECUÇÃO E FORMA DE PRESTAÇÃO

11.1. Execução indireta, sob o regime de empreitada por preço global mensal, com dedicação continuada.

11.2. O serviço será prestado:

- a) presencialmente (posto de trabalho) no horário definido;
- b) remotamente, quando necessário, mediante ferramentas seguras e autorizadas.

12. DOS ENTREGÁVEIS MÍNIMOS

12.1. Até 30 dias do início:

- a) inventário inicial (hardware, software, rede e acessos);
- b) diagrama lógico básico de rede (e atualização contínua);
- c) baseline de segurança (medidas mínimas implementadas/planejadas);
- d) plano de trabalho mensal (prioridades e cronograma);
- e) parametrização do sistema de chamados e acessos.

12.2. Mensalmente:

- a) relatório de execução (chamados, SLAs, incidentes, ações e pendências);
- b) evidências de backup/testes (quando aplicável);
- c) status de patches e vulnerabilidades;
- d) recomendações e plano do mês seguinte.

12.3. Sob demanda:

- a) relatórios de incidente de segurança;
- b) relatórios técnicos para suporte a decisões e aquisições;
- c) documentação adicional decorrente de mudanças.

13. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

13.1. Constituem obrigações:

- a) executar os serviços conforme TR, anexos, SLAs e orientações do fiscal;
- b) manter equipe qualificada e garantir cobertura do posto;
- c) garantir confidencialidade e segurança, com controles de acesso e rastreabilidade;
- d) comunicar incidentes relevantes e cooperar com apuração;
- e) manter documentação atualizada do ambiente;
- f) apresentar relatórios e evidências;
- g) substituir profissional quando solicitado, sem ônus adicional;
- h) cumprir legislações trabalhistas/tributárias, assumindo integral responsabilidade.

14. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE



14.1. Constituem obrigações:

- a) disponibilizar acesso às instalações e informações necessárias, conforme necessidade e segurança;
- b) designar gestor e fiscal (Lei nº 14.133/2021, art. 117);
- c) acompanhar e fiscalizar a execução;
- d) deliberar sobre prioridades e autorizar intervenções de maior impacto;
- e) efetuar pagamentos conforme medição/aceite.

15. DA FISCALIZAÇÃO, MEDIÇÃO E ACEITAÇÃO

15.1. A fiscalização será exercida por servidor designado, competindo:

- a) validar relatórios mensais e evidências;
- b) aferir SLAs/KPIs por meio do sistema de chamados;
- c) registrar não conformidades e determinar correções;
- d) atestar o recebimento do serviço para fins de pagamento.

15.2. O pagamento mensal ficará condicionado a:

- a) entrega e aceite do relatório mensal;
- b) demonstração do cumprimento mínimo de SLAs/KPIs;
- c) aplicação de glosas quando cabível.

16. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

16.1. A empresa dever comprovar capacidade técnica compatível com o objeto, mediante:

- a) atestado(s) de capacidade técnica emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando execução de serviços similares (suporte TI, redes e/ou segurança), compatíveis em características e complexidade;
- b) declaração de disponibilidade de equipe e do profissional alocado;
- c) comprovação de adoção de metodologia/processos (ITIL/COBIT/ISO/NIST ou equivalentes), admitindo-se comprovação por declaração técnica e descrição do modelo operacional;
- d) apresentação do plano de implantação/transição e modelo de relatórios.

16.2. Poderão ser exigidos, no edital, requisitos adicionais proporcionais, desde que justificados e sem restringir indevidamente a competitividade.

17. DA SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO, CONFIDENCIALIDADE E LGPD

17.1. A Contratada deverá:

- a) assinar termo de confidencialidade (Anexo);
- b) aplicar controles mínimos de segurança, especialmente controle de acesso, logs, segregação de perfis e atualizações;
- c) tratar dados pessoais apenas conforme instruções documentadas da Contratante (LGPD);



- d) comunicar incidentes de segurança e cooperar integralmente com apuração e resposta (LGPD, art. 48, quando aplicável);
- e) garantir que seus empregados/terceiros autorizados observem sigilo e segurança.

17.2. Subcontratação (se admitida no edital/contrato) deverá:

- a) ser previamente autorizada;
- b) manter integral responsabilidade da Contratada;
- c) observar os mesmos deveres de confidencialidade e LGPD.

18. DO REAJUSTE, REPACTUAÇÃO E REEQUILÍBRIO (DIRETRIZES)

18.1. O edital/contrato deverá prever:

- a) reajuste conforme índice setorial/geral definido (periodicidade mínima anual), se aplicável;
- b) repactuação, quando cabível e juridicamente aplicável para componentes de mão de obra (mediante demonstração analítica);
- c) reequilíbrio econômico-financeiro nas hipóteses legais.

19. DA ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

19.1. A estimativa foi elaborada conforme art. 23 da Lei nº 14.133/2021, com base em pesquisa de preços junto ao mercado.

19.2. Considerou-se:

- a) serviços continuados de gestão e suporte de TI;
- b) gestão de redes;
- c) cibersegurança;
- d) apoio à LGPD;
- e) 01 profissional alocado presencialmente (07h00 às 13h00).

19.3. Estima-se o valor mensal em R\$ 17.650,00, totalizando estimativa anual de R\$ 211.800,00 (12 meses).

19.4. O valor estimado é referencial para edital, julgamento, exequibilidade e vantajosidade, não constituindo obrigação de contratação no teto.

20. DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

20.1 Os recursos financeiros para custear a presente contratação são provenientes dos recursos do duodécimo, na seguinte dotação orçamentária: 01.01.031.0101.2.050.3.3.90.40.

21. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

21.1. Os casos omissos serão resolvidos conforme Lei nº 14.133/2021, LGPD e demais normas aplicáveis.



Senador Canedo/GO, 13 de Fevereiro de 2026.

**LEONARDO VICTOR AZEVEDO AMARAL
ANALISTA LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE SENADOR CANEDO/GO**



ANEXO II – MINUTA DO CONTRATO ADMINISTRATIVO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº [___/2026]

Processo Administrativo nº [___/2026]

Pregão Eletrônico nº 001/2026

A CÂMARA MUNICIPAL DE SENADOR CANEDO/GO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ nº [], *com sede à [endereço], doravante denominada CONTRATANTE, neste ato representada por [autoridade competente], e, de outro lado, [RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA], inscrita no CNPJ nº [], com sede à [endereço], doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada por [nome/qualificação], resolvem celebrar o presente Contrato, regido pela Lei nº 14.133/2021, pelo Edital do Pregão e seus anexos, e pelas cláusulas e condições seguintes.*

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente Contrato tem por objeto a contratação de **empresa especializada para prestação de serviços continuados de gestão e suporte de Tecnologia da Informação (TI), abrangendo infraestrutura tecnológica, redes, cibersegurança e apoio à conformidade com a LGPD, incluindo a disponibilização de 01 (um) profissional técnico alocado presencialmente na Contratante**, nos termos do Termo de Referência (Anexo I do Edital), do IMR/SLA (Anexo VI do Edital) e demais condições do certame.

1.2. O escopo mínimo compreende, sem prejuízo de outros definidos no TR:

- a) Suporte técnico N1/N2/N3, presencial e remoto, com gestão de chamados e registro de evidências;
- b) Administração e manutenção de redes LAN/WLAN/WAN, incluindo monitoramento e segmentação lógica;
- c) Rotinas e controles de cibersegurança (monitoramento, políticas, gestão de acessos, resposta a incidentes e vulnerabilidades);
- d) Apoio técnico à governança em privacidade e conformidade com a LGPD (políticas, mapeamentos, controles e fluxos), em articulação com o encarregado (DPO) quando designado.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS DOCUMENTOS INTEGRANTES E DA ORDEM DE PREVALÊNCIA

2.1. Integram este Contrato, independentemente de transcrição, para todos os fins:

- a) Edital e anexos do Pregão Eletrônico nº 001/2026;
- b) Termo de Referência (Anexo I do Edital);
- c) Proposta vencedora da Contratada;
- d) Eventuais esclarecimentos/impugnações e respostas que integrem o Edital;
- e) Ordem de Serviço/Autorização de Início, quando houver.

2.2. Em caso de divergência, prevalecerá a seguinte ordem:

- a) Este Contrato;



- b) Termo de Referência e IMR/SLA;
- c) Edital;
- d) Proposta da Contratada.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REGIME DE EXECUÇÃO, LOCAL E POSTO PRESENCIAL

3.1. O regime de execução é empreitada por preço global mensal, com prestação contínua.

3.2. Os serviços serão prestados:

- a) Presencialmente, nas dependências da Contratante, quando necessário e no mínimo conforme o posto alocado;
- b) Remotamente, sempre que tecnicamente adequado, sem prejuízo dos níveis de serviço.

3.3. A Contratada deverá disponibilizar 01 (um) profissional técnico de TI alocado presencialmente, no mínimo:

- a) De 07h00 às 13h00, de segunda a sexta-feira, em dias úteis;
- b) Com registro de atendimentos e atividades em sistema de chamados;
- c) Com substituição imediata e/ou planejada em caso de faltas, férias, afastamentos, desligamento, sem custo adicional e sem interrupção do serviço.

3.4. A Contratante poderá solicitar atendimento presencial fora do horário mínimo em situações críticas, conforme SLA, mediante justificativa e registro.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

4.1. A vigência será de 12 (doze) meses, contados da assinatura do contrato, podendo ser prorrogada na forma da Lei nº 14.133/2021, mediante:

- a) Demonstração de vantajosidade;
- b) Avaliação de desempenho (IMR);
- c) Existência de crédito orçamentário;
- d) Manutenção das condições de habilitação.

CLÁUSULA QUINTA – DO PREÇO, DO VALOR GLOBAL E DA DOTAÇÃO

5.1. O valor global mensal do Contrato é de R\$ [____], e o valor estimado para 12 (doze) meses é de R\$ [____], conforme proposta vencedora.

5.2. No preço estão incluídos todos os custos diretos e indiretos:

- a) Mão de obra e encargos (trabalhistas, previdenciários e fiscais);
- b) Despesas administrativas, deslocamentos, tributos, ferramentas e insumos necessários;
- c) Substituições do técnico e retaguarda especializada;
- d) Custos decorrentes de conformidade, segurança e confidencialidade.



5.3. As despesas correrão à conta da dotação:

- a) Unidade Orçamentária: [/];
- b) *Elemento de Despesa*: [/];
- c) Fonte/Programa: [_____].

CLÁUSULA SEXTA – DA MEDIÇÃO, DO IMR, DAS GLOSAS E DO PAGAMENTO

6.1. A medição será mensal, por meio do Instrumento de Medição de Resultados (IMR) e do cumprimento de SLA, conforme Anexo VI do Edital.

6.2. O pagamento mensal estará condicionado:

- a) Ao ateste do fiscal/gestor do contrato;
- b) À entrega do relatório mensal e evidências
- c) À apuração de indicadores, com eventuais glosas por descumprimento.

6.3. O pagamento ocorrerá em até [__] dias após o ateste, mediante apresentação de nota fiscal/fatura e comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, quando exigível.

6.4. Glosas:

- a) As glosas serão aplicadas conforme regras objetivas do Anexo VI;
- b) A aplicação de glosa não afasta sanções, se cabíveis;
- c) A Contratada poderá apresentar justificativas no prazo de [__] dias úteis antes do fechamento mensal, nos termos do Anexo VI.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO REAJUSTE, REPACTUAÇÃO E REVISÃO

7.1. Reajuste: poderá ser aplicado após 12 meses da data-base definida (assinatura/proposta), por índice oficial [IPCA ou IBGE], para componentes não vinculados à mão de obra, conforme contrato e legislação.

7.2. Repactuação (quando cabível): para custos de mão de obra e itens correlatos, mediante:

- a) Demonstração analítica (planilhas comparativas – Anexo V);
- b) Comprovação documental (CCT/ACT, encargos, etc.);
- c) Observância da anualidade e dos requisitos legais.

7.3. Revisão: poderá ocorrer para recomposição do equilíbrio econômico-financeiro nas hipóteses legais (fato do príncipe, força maior, caso fortuito, alteração unilateral, etc.), devidamente comprovadas.

CLÁUSULA OITAVA – DA GARANTIA CONTRATUAL

8.1. A Contratante poderá exigir garantia de execução contratual de 5% do valor anual contratado a ser prestada em até 5 (cinco) dias úteis da assinatura, nas modalidades:



- a) Caução em dinheiro ou títulos;
- b) Seguro-garantia;
- c) Fiança bancária.

8.2. A exigência, modalidade e condições específicas serão definidas no ato de assinatura, se adotadas.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1. São obrigações da Contratada, além das previstas no TR:

- a) Executar os serviços com padrão técnico adequado, mantendo disponibilidade conforme SLAs;
- b) Manter o posto presencial e assegurar substituições sem interrupção;
- c) Manter sistema de chamados, trilhas de auditoria e evidências de atendimento;
- d) Elaborar e entregar relatórios mensais com indicadores e plano de ação para recorrências;
- e) Manter documentação atualizada do ambiente (inventário lógico/físico, topologia, configurações essenciais e alterações relevantes);
- f) Implementar e manter rotinas de backup, testes de restauração e políticas de retenção conforme TR;
- g) Adotar práticas de segurança: mínimo privilégio, autenticação forte quando aplicável, gestão de vulnerabilidades, atualização de ativos e resposta a incidentes;
- h) Cumprir LGPD e Termo de Confidencialidade/Proteção de Dados (Anexo VIII), comunicando incidentes conforme prazos;
- i) Não compartilhar credenciais e zelar pelo uso adequado de acessos;
- j) Responsabilizar-se integralmente por seus empregados/prepostos, sem vínculo com a Contratante;
- k) Manter, durante toda a vigência, as condições de habilitação e qualificação exigidas;
- l) Cooperar com fiscalizações, auditorias e demandas de órgãos de controle, quando requisitado pela Contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

10.1. São obrigações da Contratante:

- a) Disponibilizar informações e acessos necessários, conforme política interna;
- b) Indicar gestor e fiscais do contrato;
- c) Acompanhar e fiscalizar a execução, aplicando IMR e registrando ocorrências;
- d) Atestar medições e providenciar pagamento nos prazos, quando atendidas as condições;
- e) Informar mudanças relevantes no ambiente que impactem escopo e prioridades.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

11.1. A gestão e fiscalização observarão a segregação de funções, com designação formal de:

- a) Gestor do contrato (gestão administrativa e decisões);
- b) Fiscal técnico (verificação técnica e evidências);
- c) Fiscal administrativo (documentos, regularidade, rotinas).



11.2. A Contratante poderá exigir plano de ação e cronograma corretivo e/ou preventivo diante de não conformidades.

11.3. A Contratada deverá manter canal de atendimento e escalonamento para criticidades, conforme SLA.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA SUBCONTRATAÇÃO

12.1. É vedada a subcontratação do posto presencial e das atividades essenciais de gestão e operação contínua, salvo autorização expressa, motivada e formal da Contratante.

12.2. Poderá ser admitida subcontratação pontual para atividades especializadas (ex.: testes específicos, perícias técnicas), desde que:

- a) Previamente autorizada;
- b) Não envolva repasse integral do objeto;
- c) Mantenha a responsabilidade integral da Contratada;
- d) Observe confidencialidade e LGPD (suboperador).

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA CONFIDENCIALIDADE, SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO E LGPD

13.1. As partes devem observar:

- a) A Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018) e demais normas aplicáveis;
- b) O Termo de Confidencialidade e Proteção de Dados (Anexo VIII);
- c) As políticas internas de segurança da Contratante, quando disponibilizadas.

13.2. A Contratada atuará como operadora de dados pessoais, quando tratar dados por conta da Contratante, adotando medidas técnicas e administrativas aptas a proteger os dados.

13.3. Incidente de segurança:

- a) A Contratada deverá comunicar à Contratante em até 24 horas da ciência do incidente (ou prazo mais restritivo do TR), com relatório inicial e plano de contenção;
- b) Deverá cooperar com apuração, mitigação e reporte quando aplicável.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1. Pelo inadimplemento total ou parcial, poderão ser aplicadas sanções, observado o devido processo:

- a) Advertência;
- b) Multa (moratória e/ou compensatória), conforme gravidade e reincidência;
- c) Impedimento de licitar e contratar;
- d) Declaração de inidoneidade;
- e) Outras previstas na Lei nº 14.133/2021.



14.2. O descumprimento reiterado de SLA e/ou a não alocação do posto presencial poderá caracterizar inexecução contratual relevante.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA RESCISÃO

15.1. O Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses legais, incluindo:

- a) Inexecução total ou parcial;
- b) Descumprimento reiterado de SLAs;
- c) Falhas graves de segurança/confidencialidade;
- d) Motivos de interesse público devidamente motivados;
- e) Demais hipóteses previstas na Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA MATRIZ DE RISCOS

16.1. A execução observará a Matriz de Riscos (Anexo VII), com alocação objetiva de responsabilidades e plano de resposta.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DISPOSIÇÕES FINAIS E FORO

17.1. Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei nº 14.133/2021 e do Edital.

17.2. Fica eleito o foro da Comarca de Senador Canedo/GO, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Senador Canedo, xx de xxxxx de 202x.

ANDERSON ALVES DE OLIVEIRA
PRESIDENTE
CÂMARA MUNICIPAL DE SENADOR CANEDO/GO

CONTRATADA



ANEXO III – MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS (PREÇO GLOBAL MENSAL)

1. Identificação da Proponente

- a) Razão Social:
- b) *CNPJ*:
- c) Endereço:
- d) *Contato (e-mail/telefone)*:
- e) Representante legal:

2. Proposta Comercial

- a) Preço global mensal (R\$):
- b) *Preço global estimado anual – 12 meses (R\$)*:
- c) Validade da proposta: mínimo de [60] dias (ou conforme edital).
- d) Prazo para início: [__] dias após assinatura/OS (conforme edital/TR).

3. Declarações na Proposta

- a) Declaramos que o preço contempla todos os custos, tributos e encargos, diretos e indiretos, inclusive substituições do técnico e retaguarda especializada;
- b) Declaramos pleno conhecimento e aceitação do Edital, TR, IMR/SLA, Matriz de Riscos e Minuta Contratual;
- c) Declaramos disponibilidade para manter 01 técnico presencial no horário mínimo exigido (07h–13h, dias úteis), com substituições sem ônus;
- d) Declaramos que manteremos sistema de chamados e entregaremos relatórios/evidências mensais conforme IMR.

4. Dados Bancários

- a) Banco: []
- b) *Agência*: []
- c) Conta: []
- d) *Chave PIX (se houver)*: []

LOCAL, XX DE XXXXX DE 202X.

**EMPRESA
REPRESENTANTE
CNPJ DA EMPRESA**



ANEXO IV - DECLARAÇÃO UNIFICADA

Declaração 1 – Inexistência de Impedimento e Ciência do Edital

- a) Declaramos, sob as penas da lei, que não incorremos em quaisquer impedimentos para licitar e/ou contratar com a Administração Pública, nos termos da Lei nº 14.133/2021;
- b) Declaramos ciência e concordância integral com as condições do Edital e anexos;
- c) Declaramos que nossa proposta foi elaborada de forma independente e sem conluio.

Declaração 2 – Cumprimento do art. 7º, XXXIII, da CF (Trabalho Infantil)

- a) Declaramos que não empregamos menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- b) Declaramos que não empregamos menor de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos.

Declaração 3 – Disponibilização do Posto Presencial e Substituições

- a) Declaramos que disponibilizaremos 01 (um) técnico alocado presencialmente, no mínimo de 07h00 às 13h00, dias úteis;
- b) Declaramos que realizaremos substituições em faltas/férias/afastamentos, sem ônus adicional e sem descontinuidade;
- c) Declaramos que o técnico terá vínculo exclusivo com a Contratada, inexistindo vínculo com a Contratante.

Declaração 4 – Confidencialidade, Segurança e LGPD

- a) Declaramos que cumprimos a LGPD e adotaremos medidas técnicas e administrativas de segurança;
- b) Declaramos que não compartilharemos credenciais e adotaremos controle de acesso por mínimo privilégio;
- c) Declaramos que comunicaremos incidentes de segurança em até 24 horas da ciência, com plano de contenção e relatório inicial;
- d) Declaramos anuência ao Termo de Confidencialidade e Proteção de Dados (Anexo VIII).

Declaração 5 – Enquadramento ME/EPP

- a) Declaramos enquadramento como ME/EPP nos termos da LC nº 123/2006;
- b) Declaramos ciência das condições de regularidade fiscal tardia, quando cabível.

LOCAL, XX DE XXXXX DE 202X.

**EMPRESA
REPRESENTANTE
CNPJ DA EMPRESA**



ANEXO V – PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS (MODELO)

Finalidade: subsidiar análise de exequibilidade, repactuação (quando cabível) e transparência da composição do preço global mensal.

1. Identificação

- a) Empresa: [] – CNPJ []
- b) Pregão nº [2026] – Processo nº [2026]
- c) Mês/ano-base da planilha: []

2. Estrutura mínima (preço global mensal)

2.1. Mão de obra do posto presencial (1 profissional)

- a) Salário base mensal: R\$ []
- b) Encargos sociais/previdenciários (INSS patronal, terceiros etc.): R\$ []
- c) FGTS: R\$ []
- d) Provisões (13º, férias + 1/3): R\$ []
- e) Benefícios (VT, VR/VA, assistência, seguro, etc., se houver): R\$ []
- f) Uniformes/EPI (se aplicável): R\$ []
- g) Treinamentos/certificações obrigatórios (se previsto): R\$ []
- h) Subtotal mão de obra: R\$ []

2.2. Retaguarda técnica e gestão (remota/coordenação)

- a) Horas estimadas de retaguarda mensal: []
- b) Custo mensal da retaguarda (rateio): R\$ []
- c) Gestão do contrato/relatórios/IMR: R\$ []
- d) Subtotal retaguarda: R\$ []

2.3. Ferramentas, licenças e insumos

- a) Sistema de chamados/ITSM (se aplicável): R\$ []
- b) Ferramentas de monitoramento (se aplicável): R\$ []
- c) Antimalware/EDR (se aplicável): R\$ []
- d) Outras ferramentas essenciais: R\$ []
- e) Subtotal ferramentas: R\$ []

2.4. Despesas administrativas e operacionais (rateio)

- a) Administração/financeiro/contábil: R\$ []
- b) Deslocamentos e logística: R\$ []
- c) Comunicação/telefonias: R\$ []
- d) Subtotal despesas: R\$ []



2.5. Tributos e margem

- a) Tributos (regime tributário e alíquota efetiva): R\$ []
b) Margem/lucro: R\$ []

3. Fechamento

- a) Total mensal calculado: R\$ []
b) Total mensal proposto: R\$ []
c) Declaração de compatibilidade e exequibilidade:

LOCAL, XX DE XXXXX DE 202X.

**EMPRESA
REPRESENTANTE
CNPJ DA EMPRESA**



ANEXO VI – IMR / SLA / REGRAS DE GLOSA

1. Conceitos e princípios

- a) A medição mensal será baseada em resultados verificáveis (evidências) e cumprimento de prazos (SLA);
- b) Toda ocorrência deverá estar registrada em sistema de chamados, com data/hora de abertura, atendimento, solução e responsável;
- c) As glosas serão proporcionais, objetivas e auditáveis.

2. Tabela de SLA

Incidentes Críticos:

- a) Tempo máximo para início de atendimento: 1 hora;
- b) Tempo máximo para solução/contorno: 4 horas.

Incidentes Altos:

- a) Atendimento: 2 horas;
- b) Solução: 8 horas.

Incidentes Médios:

- a) Atendimento: 4 horas;
- b) Solução: 24 horas.

Incidentes Baixos:

- a) Atendimento: 8 horas;
- b) Solução: 48 horas.

3. Indicadores do IMR (pesos e metas)

1. Indicador A – Cumprimento de SLA (Peso 40%)

- a) Métrica: % de chamados atendidos e solucionados dentro do prazo por criticidade;
- b) Meta: mínimo 95% (mensal);
- c) Evidências: relatórios do sistema de chamados e logs.

2. Indicador B – Qualidade do atendimento (Peso 20%)

- a) Métrica: taxa de reabertura/recorrência por mesma causa em 30 dias;
- b) Meta: reabertura $\leq 5\%$;
- c) Evidências: relatórios, análise de causa raiz (quando houver recorrência).

3. Indicador C – Entregas mensais e governança (Peso 20%)

- a) Entregáveis mínimos:
 - a.1) Relatório mensal consolidado;
 - a.2) Inventário/documentação atualizada (alterações do mês);



- a.3) Evidências de backups e testes (conforme TR);
- a.4) Plano de ação para pendências e riscos;
- b) Meta: 100% das entregas no prazo.

4. Indicador D – Segurança e LGPD (Peso 20%)

- a) Métrica: entregas planejadas do mês (políticas, controles, recomendações, apoio a fluxos LGPD) + evidências de ações de segurança (patching, hardening, revisões de acesso, etc.);
- b) Meta: 100% do plano mensal pactuado + zero incidentes por negligência comprovada.

4. Fórmula de apuração

- a) Nota do mês = $(A \times 0,40) + (B \times 0,20) + (C \times 0,20) + (D \times 0,20)$, em escala 0–100;
- b) Aplicação de glosa por faixas:
 - b.1) 90–100: sem glosa;
 - b.2) 80–89: glosa de 2% do valor mensal;
 - b.3) 70–79: glosa de 5%;
 - b.4) 60–69: glosa de 10%;
 - b.5) < 60: glosa de 15% + abertura de ocorrência formal e plano corretivo obrigatório.

5. Glosas específicas automáticas (independentes da nota)

- a) Falta do posto presencial no horário mínimo (sem substituto): glosa proporcional por dia $(1/22 \text{ do valor mensal por dia útil})$ + reincidência gera penalidade;
- b) Falta de relatório mensal/evidências: glosa de 2% até regularização;
- c) Descumprimento de SLA crítico: glosa de 1% por ocorrência, limitada a 5% no mês (sem prejuízo de sanções).

6. Procedimento de apuração e contraditório

- a) O fiscal consolidará as evidências até o []º dia útil do mês subsequente;
- b) A Contratada poderá apresentar justificativas em até 5 dias úteis.
- c) A decisão de glosa será formalizada e anexada ao processo de medição.



ANEXO VII – MATRIZ DE RISCOS

1. Regras gerais

- a) Os riscos abaixo são alocados entre as partes para reduzir disputas e garantir previsibilidade;
- b) A Matriz deve ser revisada a cada trimestre (ou quando houver mudança relevante).

2. Tabela de riscos (modelo)

- a) Indisponibilidade crítica de sistemas por falha de suporte
 - Alocação: Contratada
 - Mitigação: SLA, escalonamento, redundância, documentação
 - Evidências: chamados + relatório de incidente
- b) Falha de backup/ausência de teste de restauração
 - Alocação: Contratada (execução) / Contratante (fornecimento de acesso e aprovação de janelas)
 - Mitigação: rotina, checklist, testes mensais, evidências
- c) Ataque cibernético (ransomware/phishing) com impacto operacional
 - Alocação: Compartilhada (prevenção e resposta)
 - Mitigação: políticas, patching, MFA, hardening, conscientização, plano de resposta
- d) Vazamento de dados pessoais por falha operacional da Contratada
 - Alocação: Contratada
 - Mitigação: mínimo privilégio, logs, criptografia quando aplicável, controle de acesso
- e) Não alocação do posto presencial / rotatividade sem substituição
 - Alocação: Contratada
 - Mitigação: plano de substituição, banco de reservas, treinamento e transição
- f) Mudanças relevantes no ambiente (novos sistemas/equipamentos) sem comunicação
 - Alocação: Contratante
 - Mitigação: gestão de mudanças, OS/registro, priorização conjunta
- g) Aumento abrupto de demanda por eventos institucionais (sessões, transmissões, etc.)
 - Alocação: Compartilhada
 - Mitigação: planejamento, janela, escalonamento, priorização
- h) Falhas de energia/climatização/infraestrutura predial que afetem TI
 - Alocação: Contratante (infra) / Contratada (orientações técnicas e contingência)
 - Mitigação: nobreaks, procedimentos de desligamento seguro, recomendação técnica formal
- i) Descumprimento de prazos por dependência de terceiros (link, ISP, fornecedores)
 - Alocação: Compartilhada
 - Mitigação: registros, escalonamento, alternativas, evidências.

LOCAL, XX DE XXXXXX DE 202X.

**EMPRESA
REPRESENTANTE
CNPJ DA EMPRESA**



ANEXO VIII – TERMO DE CONFIDENCIALIDADE E PROTEÇÃO DE DADOS (LGPD)

1. Objeto

a) Estabelecer obrigações de confidencialidade, segurança e proteção de dados, aplicáveis à execução do contrato de TI.

2. Definições

a) Informação Confidencial: toda informação técnica/administrativa, dados institucionais, credenciais, documentos e registros, inclusive dados pessoais;

b) Dados Pessoais: conforme LGPD;

c) Incidente de Segurança: evento que comprometa confidencialidade, integridade ou disponibilidade.

3. Obrigações da Contratada

a) Utilizar informações e dados exclusivamente para execução do contrato;

b) Proibir compartilhamento de credenciais e manter gestão de acessos por mínimo privilégio;

c) Manter registros (logs) e evidências auditáveis das atividades relevantes;

d) Não copiar, transferir ou armazenar dados fora do ambiente autorizado sem permissão formal;

e) Garantir que seus colaboradores assinem compromissos equivalentes;

f) Comunicar incidente em até 24 horas, com relatório inicial e plano de contenção;

g) Devolver/eliminar dados ao término do contrato, mediante termo de encerramento, salvo retenção legal.

4. Suboperadores/Subcontratados

a) Somente com autorização formal e obrigação de confidencialidade equivalente;

b) A Contratada permanece integralmente responsável.

5. Auditoria e conformidade

a) A Contratante poderá auditar evidências e relatórios;

b) A Contratada deverá cooperar com órgãos de controle quando requisitado pela Contratante.

6. Penalidades

a) O descumprimento sujeita a glosas, sanções e rescisão, sem prejuízo de responsabilizações legais.

LOCAL, XX DE XXXXXXXX DE 202X.

**EMPRESA
REPRESENTANTE
CNPJ DA EMPRESA**

